

## PARECER JURÍDICO

**PARECER ADMINISTRATIVO: Nº 050/2019/SESEC**

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. P086938/2019.**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 104/2019**

**OBJETO: Registro de preço para futuras e eventuais aquisições de tintas, conforme especificações e quantitativos previstos no anexo I – Termo de Referência deste Edital.**

**ENTE LICITANTE: Município de Sobral**

## RELATÓRIO

Trata-se de procedimento licitatório, feito acima individualizado, encaminhado pela Central de Licitações do Município de Sobral (CELIC) a esta Assessoria Jurídica, para a devida análise de ordem processual e a competente adequação de cunho jurídico, cujo objeto é o Registro de preço para futuras e eventuais aquisições de tintas, conforme especificações e quantitativos previstos no anexo I – Termo de Referência deste Edital, para a Secretaria da Segurança e Cidadania do Município de Sobral. Neste sentido, observou-se o seguinte:

O presente processo trata-se de Licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, com a forma de fornecimento **POR DEMANDA**.

A matéria é trazida à apreciação jurídica para cumprimento do parágrafo único, do artigo 38, da Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

## DA FUNDAMENTAÇÃO

De início, convém destacar que compete à Assessoria Jurídica da SESEC prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, salvo hipótese teratológica.

Nota-se que há nos autos o compromisso de orçamento, que seguirá sob a seguinte dotação orçamentária: 04.01.04.122.0064.2040.33903000.1.001.0000.00 e

04.01.04.122.0064.2040.3390.3000.1.630.0000.00, fonte de recurso municipal vinculado ao trânsito.

A Lei nº 1.634/2017 constituiu a Central de Licitações para instaurar, processar e julgar os certames licitatórios.

Respeitando o princípio da economicidade, nos termos do artigo 17º, e seus incisos, do Decreto nº 8.538/2015 e Decreto Municipal 1.886/2017, encontramos nos autos a pesquisa de preços correntes no mercado<sup>1</sup>, obtida através de 3 (três) orçamentos de fornecedores distintos: ADAMO VASCONCELOS DE OLIVEIRA EIRELI, sob o CNPJ: 10.973.526/0001-01, RODRIGO ARAGÃO PARENTE ME, sob o CNPJ: 15.279.902/0001-86 e POLITINTAS LTDA, sob o CNPJ: 27.171.883/0001-59.

As peças processuais, até o presente momento carreado aos autos, tais como:

1 - Requisição e autorização de abertura do processo feita pela Secretaria da Segurança e Cidadania deste Município;

2 – Justificativa técnica;

3 – Termo de Referência;

4 – Média mercadológica/pesquisa de mercado;

5 – Edital, contendo: I - Termo de Referência; II – Carta Proposta; III - Declaração Relativa ao Trabalho de Empregado Menor; IV – Minuta da Ata de Registro de Preço; V – Minuta do Contrato.

Nesse passo, o Processo em evidência teve o seu trâmite normal.

É o relatório. Passa-se a opinar.

## **DO EXAME**

### **I – Do Sistema de Registro de Preços**

Conforme exposto no edital, a administração consulente pretende efetuar o registro de preços para **futuras e eventuais aquisições de tintas, conforme especificações e**

<sup>1</sup>“Faça constar dos processos licitatórios, inclusive, quando for o caso, os de dispensa e inexigibilidade, os elementos previstos no art. 7º e no art. 38, ambos da Lei nº 8.666/1993, dentre eles: projeto básico; indicação dos recursos orçamentários destinados a licitação; pesquisa de preços; pareceres técnicos e extrato de publicação dos avisos contendo os resumos dos editais e do contrato”. (TCM-CE, Acórdão 4104/2009 Segunda Câmara)

  


**quantitativos previstos no anexo I – Termo de Referência deste Edital**, para atender as necessidades da SESEC.

O uso do SRP no caso em tela encontra-se fundamentação no art. 3º do Decreto Federal nº 7.892/2013 e art. 3º do Decreto Municipal 2.018/2018, de 11 de abril de 2018, que estabelece, de forma não exaustiva, as hipóteses mais frequentes de adoção do SRP, que se fazem presentes no certame em análise, que são elas: I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes; II - quando for mais conveniente à aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa, necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições; III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou IV - quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Impede destacar que cabe ao órgão gerenciador à prática de todos os atos de controle e administração da SRP, conforme os termos do art. 9º do Decreto Municipal 2.018/2018 e que conforme previsto no art. 12 do citado Decreto Municipal o edital em análise contempla todos os itens mínimos previstos.

## **II - Do Cabimento da Modalidade Pregão**

No tocante à escolha da modalidade pregão, os fundamentos estão assentados em dois fatores: (1) a possibilidade jurídica de caracterização do objeto da licitação como um bem ou um serviço comum, nos termos da Lei nº 10.520/2002; e (2) a necessidade de contratar aquele que pedir o menor valor pelo bem ou serviço, dentro dos parâmetros objetivamente fixados no edital.

Pregão é modalidade de licitação instituída pela Lei nº 10.520/2002, restrita à contratação de bens e serviços comuns<sup>2</sup>, com disciplina e procedimentos próprios, visando acelerar o processo de escolha de futuros contratados da administração em hipóteses determinadas e específicas, aplicando-se subsidiariamente, as normas da Lei nº 8.666/1993.

Logo, em virtude da descrição objetiva do edital, da descrição do objeto a ser adquirido (Anexo I – Termo de Referência), bem como da verificação de um mercado

<sup>2</sup> Lei nº 10.520/2002, Art. 1º. Parágrafo único: "Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado".

  


diversificado, infere-se que o objeto da presente licitação pode ser considerado "serviço comum".

No caso em apreço, o valor total da contratação importa em aproximadamente R\$ 279.998,00 (Duzentos e setenta e nove mil, novecentos e noventa e oito reais). Como o Pregão é modalidade de licitação para a aquisição de bens e fornecimento de serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado, percebe-se que este certame licitatório é compatível com o objeto da presente licitação.

Vislumbra-se que o presente feito está a manter perfeita sintonia com as exigências legais estabelecidas pela Lei de Licitações, lei N.º 8.666/93, bem como com a Lei específica 10.520/02, Decreto 3555/2000, Decreto 5.450/2005, Decreto Municipal 2.026/2018 que regulamenta o Pregão, *in casu*, **Pregão Eletrônico** que é uma das mais céleres e eficazes modalidades, levando em consideração as peculiaridades legais inerentes. E isto está presente tanto no aspecto do valor do objeto, bem como no que diz respeito às condições que deverão constar expressamente no edital, na conformidade do que preconizam o artigo 40 do mencionado diploma legal. Ademais, por fim, deve-se ressaltar que na minuta do respectivo contrato constante dos autos, estão previstas as cláusulas que, por imperativo legal (cf. Art. 55, da Lei de Licitação), deverão estar expressamente contempladas.

Para regularização da contratação pela modalidade de Pregão Eletrônico foi editado pelo Município de Sobral o Decreto nº 2.026, de 02 de maio de 2018, que estabelece as hipóteses de contratação suscetíveis de serem processadas por esta sistemática.

## **II – CUMPRIMENTO DAS COTAS DESTINADAS A ME E EPP PELA LEI COMPLEMENTAR 123/2006**

A Lei Complementar 123/2006 e suas alterações tratam dentre outras coisas da obrigatoriedade da administração pública oferecer tratamento diferenciado e simplificado para contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Assim a Lei trás algumas situações onde a administração pública deverá contratar exclusivamente com ME e EPP e casos em que poderá exigir aos contratados uma cota mínima para subcontratação de ME/EPP por parte dos licitantes, além de trazer as exceções cabíveis, é o que diz art. 47 a 49 da LC 123/2006.

  


“Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

II - poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte; (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

§ 2º Na hipótese do inciso II do **caput** deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da administração pública poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

§ 3º Os benefícios referidos no **caput** deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas

  


pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)“

Sendo assim, temos que no certame ora analisado existe a necessidade de tornar o item 01(um) exclusivo a participação de ME/EPP, visto que, a própria LC 123/2006 trata como sendo uma obrigação do ente público realizar licitação exclusiva para ME/EPP, quando se tratar de contratação cujo valor seja inferior a R\$ 80.000,00(oitenta mil reais), previsto no art. 48, inc. I da citada lei.

Já o item 02(dois) será referente à cota reserva as microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas que se enquadram nos termos dispostos no inciso III do art. 48, I da Lei Complementar nº123/2016, e alterações introduzidas pela lei complementar 147/2014, art. 52 da Lei municipal nº 1467/2015 e art. 39 do Decreto Municipal 1886/2017.

E por fim o item 03 (três) será de ampla disputa, garantida as licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, como critério de desempate, preferência de contratação nos termos previsto na Seção I do Capítulo V da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações introduzidas pela lei complementar 147/2014.

### **III - Da Análise do Edital**

Segundo o art. 17, incisos III do Decreto Municipal nº 2.026/2018, o processo licitatório deve ser instruído com a minuta de edital e seus anexos, dentre os quais a minuta do contrato – o que foi atendido.

Ainda sobre o edital, vale destacar que foram atendidas todas as recomendações obrigatórias existentes no art. 40 da lei 8.666/83, o que torna o procedimento válido.

### **IV - Da Análise da Minuta do Contrato**

A minuta do contrato segue as determinações gerais contidas no edital, todos os procedimentos determinados pela Lei nº 8.666/93 foram observados e todos os requisitos nela prescritos obedecidos. Assim, o ato não apresenta qualquer defeito em seus elementos de validade, razão pela qual, após detida análise, entendemos pela compatibilidade dos textos das



minutas já citadas com o instituído no Art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, bem como com as recomendadas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, especialmente o teor dos artigos 40 e 55.

Ressalva-se da análise deste parecer à pesquisa de preços para o estabelecimento de limites máximos, a qual fica adstrita à decomposição do setor técnico solicitante competente.

Salienta-se que este parecer é meramente opinativo, sem qualquer conteúdo decisório, haja vista que o prosseguimento do certame ficará adstrito às determinações das autoridades competentes.

### CONCLUSÃO

**ISTO POSTO**, por ser de lei, opina esta Assessoria Jurídica, favoravelmente, pela correta adequação jurídica inerente ao presente feito, propondo, por conseguinte, o retorno dos autos à Central de Licitações – CELIC para que se providencie as medidas processuais ulteriores cabíveis, com o fim precípuo de cumprir o seu objeto.

É o Parecer.

Sobral / CE, 03 de setembro de 2019.



**FLÁVIO ANTÔNIO PEDROSA XIMENES**

**ASSESSOR JURÍDICO SESEC**

**OAB/CE Nº 30.866**

